



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO Nº _____, de 2017.
(Do Sr. Marcon)**

Requerem a realização de Audiência Pública para debater as alterações e os efeitos das mudanças na legislação trabalhista no meio rural.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos regimentais, em especial aos arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública, com os convidados abaixo relacionados, para debater as alterações e os efeitos das mudanças na legislação trabalhista no meio rural.

- Representante do Ministério do Trabalho - MT
- Representante da Confederação Nacional Dos Trabalhadores Assalariados E Assalariadas Rurais - CONTAR
- Representante do Ministério Público do Trabalho - MPT
- Representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA
- Representante do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho - SINAIF
- Representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT



JUSTIFICATIVA

As mudanças em curso na legislação sobre o trabalho e o emprego estão retirando direitos e conquistas históricas dos trabalhadores.

No meio rural, aonde as condições de trabalho, historicamente, são mais precárias e insalubres aos trabalhadores, as alterações na legislação podem representar danos e retiradas de direitos ainda mais prejudiciais.

O tema do trabalho intermitente é extremamente preocupante, na medida em que os trabalhadores rurais, que já trabalham em regime de safras, portanto, por um período determinado, podem ter ainda mais precarizadas as suas condições e relações de trabalho.

Foi com muita luta e engajamento de muitas entidades, que os trabalhadores rurais conseguiram vencer a imagem do “boia fria”, conquistaram meios de transporte mais dignos, direitos trabalhistas e segurança no trabalho.

Tudo isto pode acabar e a precarização, seguida da exploração excessiva da mão de obra, podem vir sustentadas pelas alterações na legislação que está em curso.

Então esta audiência pública pretende recolher dos participantes, contribuições que possam ser convertidas em medidas e propostas para enfrentar estes retrocessos.

Pelo exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos nobres pares.

Sala da Comissão, em 21 de novembro de 2017.

Dep. Marcon

PT - RS